

O Brasil e as Missões de Paz no Oriente Médio

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira*

RESUMO

O ensaio é dividido em três partes. Primeiro, ele apresenta as possíveis razões para que países participem de missões de paz e estabilização da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo, ele situa brevemente a crise no Oriente Médio e a necessidade de um consenso no Conselho de Segurança (CS) para que a ONU inicie a ação militar. E terceiro, ele levanta considerações sobre a participação do Brasil em futuras missões de paz.

Palavras-chave: Missões de Paz; ONU; Oriente Médio.

ABSTRACT

This paper is divided into three parts. First, it presents the possible reasons for countries to participate in United Nations (UN) peacekeeping and stabilization missions. Second, it briefly examines the crisis in the Middle East and the need for a consensus among the UN Security Council members about military action in the region. Finally, the third part of the text discusses the future of Brazil's participation in peacekeeping operations.

Keywords: Peacekeeping Operations; United Nations; Middle East

* Pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) e professor titular de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). PhD em *Government* (Ciência Política) pela *University of Essex* e pós-Doutor em Relações Internacionais no *Institut d'Hautes Études de l'Amérique Latine* da Sorbonne.

A princípio existem três razões que levam os países a participarem em missões militares internacionais chanceladas pela Organização das Nações Unidas. Primeiro, o treinamento das tropas. Segundo, o engajamento estratégico. Terceiro, o fortalecimento do papel da ONU como ator intergovernamental na segurança e defesa global.

No seu manual chamado *O Príncipe*, Maquiavel discorre sobre a importância do treinamento constante das tropas para que o Estado esteja sempre pronto e com tropas qualificadas para enfrentar uma guerra. Muitas nações possuem forças armadas modestas em relação àquelas das grandes potências e não dispõem de recursos financeiros e técnicos para o seu treinamento necessário. Assim, o engajamento em missões internacionais é um meio adequado para que suas tropas sejam treinadas e aprendam com os militares de outras nações mais preparadas e, conseqüentemente, melhor se qualifiquem nas funções de defesa. Não é a toa que a maioria das tropas participantes de missões da ONU, por exemplo, são originárias de países considerados pobres ou emergentes, estando Bangladesh, Etiópia, Índia e Paquistão entre os países com maior número de soldados em missões de paz no ano de 2017¹.

O segundo fator é determinado pelo grau de comprometimento do país participante em não apenas ganhar experiência e treinar suas tropas. Um país com uma política estratégica de defesa coerente deve participar de missões internacionais com o objetivo também de traduzir o aprendizado adquirido durante tais missões em *know-how*, visando à elevação dos recursos humanos, materiais e técnicos de seus exércitos, uma vez que os custos em defesa estão cada vez mais elevados e, mesmo os países mais ricos, tendem a cortar o seu orçamento militar. Os países cujas políticas de defesa estimulem iniciativas conjuntas com outras nações tendem a obter mais vantagens

e melhor reforçar suas estruturas de defesa. Esse fortalecimento se dá no nível das capacidades humanas e materiais via engajamento estratégico em áreas como desenvolvimento tecnológico, cooperação em informação ou troca de aprendizado em exercícios e ações em missões conjuntas.

A terceira razão, ou seja, o fortalecimento da ONU como agente na segurança internacional, é muito importante a médio e longo prazo, pois, na medida em que a ONU consolide um poder baseado em uma larga experiência em missões de paz e estabilização, poderá cumprir um papel importante na manutenção da paz global, agindo na prevenção dos agravamentos de conflitos onde a ação das potências tradicionais não é aceita.

* * *

Formado por Estados artificialmente construídos a partir dos interesses das potências europeias, o moderno Oriente Médio se tornou, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a principal região de grandes tensões e guerras do planeta. Constituído por Estados de tradição autoritária, com grandes diferenças e rivalidades religiosas, étnicas e culturais, a região tem sido a principal fonte de petróleo para os Estados Unidos e seus aliados na Europa e fora dela, enquanto que, para a Rússia, ela tem sido fonte de instabilidade em suas fronteiras do sudoeste e porta de entrada estratégica para seu território e regiões mais ricas em matéria-prima e produtos agrícolas.

Área tão estratégica para a economia mundial não poderia deixar de ser também o centro da competição entre as grandes superpotências. Durante a Guerra Fria, seus Estados se envolveram em inúmeros² conflitos armados em torno da projeção dos interesses internacionais na região e entre as famílias e aristocracias locais pelo controle do poder político e dos recursos naturais.

¹ UNITED NATIONS. **Contributions to UN Peacekeeping Operations by Country and Post**. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2017/jun17_1.pdf>. Acesso em: 25 ago 2017.

² THE ECONOMIST. **A cronology of the Middle East conflict**. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/1922472>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

A mais recente onda de guerras na região teve início com a invasão do Iraque em 2003, que levou ao fim o governo de Saddam Hussein e que, juntamente com a guerra no Afeganistão, fez surgir uma série de grupos armados engajados na derrubada dos governos da Líbia e da Síria. No primeiro caso, os rebeldes capturaram e mataram o ditador líbio Muamar Kadafi, dando início à desestabilização política sob a qual a Líbia se encontra atualmente. Na Síria, uma guerra civil dirigida por rebeldes com o apoio dos EUA e que parecia que levaria ao fim o governo de Bashar Al-Assad, sofreu uma reviravolta inesperada com a entrada da Rússia no conflito, em setembro de 2015, apoiando o governo sírio.

Isso causou um impasse que trouxe de volta a questão da intervenção do Conselho de Segurança da ONU na Síria. Contudo, para que uma decisão clara venha a ser tomada é necessária a unidade entre os membros permanentes do CS da ONU. Até hoje, o CS continua a viver um dilema, pois os EUA e seus aliados, França e Inglaterra, querem a saída imediata de Assad para se encaminhar o processo de paz, enquanto a Rússia defende sua permanência.

Polêmicas envolvendo as decisões do CS-ONU e suas forças de paz estiveram presentes durante os conflitos em Ruanda (1994), quando seus integrantes demonstraram completa indiferença³ em relação a mortes de civis na guerra civil brutal entre as etnias tutsi e hutu. Ao invés de intervir de maneira decisiva, os membros do CS discutiam a retirada das tropas de paz da UNAMIR do território ruandês sob alegações que iam, desde a ausência de interesses nacionais estratégicos das potências do CS, em Ruanda, ao fracasso americano na Somália, em 1993, e a incapacidade técnica da ONU em continuar com os expedientes da

³ BARNETT, Michael The United Nations Security Council in Rwanda. **National Security Archive**. 01 Jun 2014. Disponível em: <<http://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB472/Barnett,%20Michael%20-%20The%20United%20Nations%20Security%20Council%20and%20Rwanda.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2017.

missão. Em abril de 1994, os membros do CS chegaram à conclusão de que a opção menos problemática seria a redução da força da UNAMIR. Nem é preciso dizer que o que se seguiu em Ruanda, após a anuência da ONU, foi uma das maiores carnificinas já vistas, culminando num genocídio de quase um milhão de ruandeses.

Outro caso emblemático das dificuldades⁴ enfrentadas pelas missões de paz da ONU é exemplificado pela atuação da UNPROFOR⁵ na Bósnia entre 1992-1995. Criada inicialmente como uma operação de paz convencional, com o agravamento do conflito na antiga Iugoslávia e com as graves violações aos direitos humanos, a UNPROFOR foi se adaptando e desempenhando funções mais complexas. Um dos pontos mais debatidos em relação à atuação da UNPROFOR na antiga Iugoslávia foi sua incapacidade⁶ de proteger os civis de maneira geral e mais especificamente, os bósnios da cidade de Srebrenica⁷, naquilo que resultou ser o maior genocídio em solo europeu desde o Holocausto. É importante destacar que estas duas missões de paz da ONU ilustram a omissão da comunidade internacional⁸ e a falta de consenso no CS no

⁴ FIGUEIREDO, Marcus Vinicius Antunes de. **Direitos Humanos, interdependência moral e a redefinição do uso da força pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas: o caso da UNPROFOR**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9876/9876_1.PDF>. Acesso em: 15 ago 2017.

⁵ UNITED NATIONS. **UNPROFOR**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unprofor.htm>>. Acesso em: 15 ago 2017.

⁶ ESTADO HOLANDÊS é condenado por massacre de Srebrenica. **Folha de S. Paulo**. Mundo. 27 jun 2017. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1896376-estado-holandes-e-condenado-por-massacre-de-srebrenica.shtml>>. Acesso em: 25 ago 2017.

⁷ Mais de oito mil cidadãos bósnios do sexo masculino foram mortos de maneira cruel e jogados em valas pelo exército sérvio liderado por Ratko Miladic, em julho de 1995.

⁸ POWER, Samantha. **A Problem from Hell, America in the age of genocide**. Nova Iorque: Basic Books, 2002.

que concerne ao imperativo de intervenção em casos de genocídios⁹, o qual está presente na Carta Magna da organização.

Assim, sem consenso, o CS é incapaz de responder às graves violações de direitos humanos, como fez em Ruanda e na Iugoslávia, muito menos decidir sobre uma ação humanitária através do envio de uma missão de paz¹⁰. O caso atual da Síria é um bom exemplo dessa situação.

Isso deixa dúvidas sobre a capacidade da ONU de continuar a responder às crises internacionais que demandem sua presença e reforça o argumento de que estamos entrando em uma nova Guerra Fria global que, como no período entre 1945 e os anos de 1990, foi marcada por frequentes impasses entre as grandes potências.

Apesar de tudo o que foi exposto acima, em locais onde inexitem disputas abertas entre os membros do CS, as missões da ONU continuam a desempenhar seu papel de maneira inequívoca.

* * *

O Brasil foi um dos membros fundadores das Nações Unidas e participou ativamente da missão de paz das forças da ONU enviada para impedir um conflito de grandes proporções entre o Egito e a coalizão formada por França, Grã-Bretanha e Israel, durante a Crise de Suez¹¹, em 1956. O Brasil

⁹ UNITED NATIONS. **Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide**. Disponível em:

<<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CrimeOfGenocide.aspx>>. Acesso em: 03 set 2017.

¹⁰ CHARLEAUX, J. P. Por que a ação da ONU na Síria é inútil, segundo esta pesquisadora suíça. **Nexo Jornal**. Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/08/Por-que-a-ação-da-ONU-na-S%C3%ADria-é-inútil-segundo-esta-procuradora-su%C3%ADça>>. Acesso em: 05 set 2017.

¹¹ Em 1956, após o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser nacionalizar o Canal de Suez, de propriedade francesa, houve um princípio de enfrentamento envolvendo, de um lado, a França e a Grã-Bretanha, as quais se uniram para defender seus interesses, e o Egito. Israel também chegou a enviar tropas para a região do canal, mas juntamente com os europeus, foi

fez parte da *United Nations Emergency Force* (UNEF I), sugerida pelo Canadá e acatada pelas Nações Unidas, que se posicionou na península do Sinai, no Egito, sendo um dos primeiros países a se prontificar para auxiliar no conflito em território egípcio, participando, com cerca de seis mil militares, por meio do envio de vinte contingentes entre 1956 e 1967. A participação¹² do Brasil na UNEF I é considerada como uma experiência de protagonismo multilateral do país, o qual se deu com base na perspectiva brasileira de que a diplomacia nacional deve contribuir para a estabilidade do cenário internacional.

Em 1978, o Brasil passou a fazer parte da UNIFIL (United Nations Interim Force in Lebanon), criada para garantir a retirada israelense do território libanês, instaurar a paz e a segurança internacional e ajudar o governo libanês a restaurar sua autoridade na área. O mandato desta força de paz passou por adaptações em 1982 e em 2000, devido às mudanças político-estratégicas ocorridas nos territórios onde a mesma atua. Liderada pelo Brasil desde 2011, é a única missão de paz marítima da ONU e atualmente tem como objetivo evitar o conflito entre Líbano e Israel. A missão patrulha as águas libanesas e adjacências e tem sido uma operação bem-sucedida desde sua criação em 1978. Pela sua natureza específica (missão marítima), esse tipo de operação dá uma projeção positiva ao Brasil, de modo que é bastante provável que o país reforce seu contingente na UNIFIL após o término da participação brasileira na MINUSTAH, em outubro de 2017.

Outra missão de paz que desde 2004 conta com a participação brasileira é a do Haiti, a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti). A missão foi criada para “restabelecer a segurança e

obrigada a retirar-se após pressões de Estados Unidos e URSS.

¹² HOLAND, Carla Andréia Ronconi. **Missões de paz brasileiras no Oriente Médio: a UNEF I e a FTM-UNIFIL**. Programa de Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI/UFRGS. s/d. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/old/dvd/docu/mentos/gts_lleics/gt11/gt11carla.pdf>. Acesso em: 03 setembro 2014.

normalidade institucional do país, após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminaram com a partida do então presidente, Jean Bertrand Aristide, para o exílio¹³. Em 13 de abril de 2017, o CS-ONU determinou o fim da missão até outubro, quando será substituída por uma força policial menor que deixará o país assim que a estabilidade retornar. Os principais ganhos do Brasil em sua missão de paz no Haiti foram: a projeção¹⁴ do país como importante *player* no cenário internacional; a capacidade de as forças armadas brasileiras adquirirem experiência de campo em situações de conflito e o desenvolvimento de um know-how brasileiro em missões de paz.

Recentemente, tem-se cogitado sobre qual seria a próxima participação do Brasil em uma missão de paz da ONU. O Líbano e outros países africanos foram apresentados como prováveis destinos das próximas participações brasileiras em esforços humanitários da ONU.

Cogita-se que a próxima missão brasileira irá para a República Centro Africana (RCA), tendo as Forças Armadas, o Ministério da Defesa e o Itamaraty¹⁵ já acenado positivamente nessa direção. A República Centro Africana mergulhou no caos humanitário após o grupo de rebeldes muçulmanos, Seleka, ter deposto¹⁶ o então

presidente François Bozizé em 2013. A República Centro Africana é o país com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo e sempre esteve envolto em uma atmosfera de instabilidade política. Dois aspectos positivos podem ser apontados em caso de uma eventual presença brasileira nos esforços de paz naquele país: a) experiência de combate e coordenação e b) evitaria uma interrupção na participação do Brasil em missões da ONU.

Enquanto a decisão final não for tomada, fica ainda a possibilidade de que a próxima missão de paz com a participação brasileira venha reforçar a presença existente no Líbano ou mesmo venha a ser na Síria. As vantagens para o Brasil de participação em uma missão nesses países são muitas. Primeiro, o Brasil possui uma grande comunidade de origem libanesa, síria e católica, existindo a princípio uma identidade cultural que não se encontra na RCA. Segundo, uma participação positiva e de sucesso reforçaria o velho pleito brasileiro de obter um lugar permanente no CS da ONU. Terceiro, a participação do Brasil poderia ajudar na retomada dos contatos e negócios comerciais que o Brasil vinha desenvolvendo com os países da região e que foram interrompidos com as recentes guerras.

Finalmente, o aprendizado em termos militares da experiência no Líbano ou na Síria amplia as possibilidades em termos de experiência e de ganho de projeção. Na RCA, no Líbano ou na Síria, o Brasil deve ponderar onde melhor poderá contribuir com soluções duradoras para a paz internacional e aprender com a experiência e a cooperação em defesa para que no futuro esteja melhor preparado para garantir a defesa nacional e responder as crises na segurança global.

¹³ BRASIL. Ministério da Defesa. Relações Internacionais. **O Brasil na MINUSTAH (Haiti)**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em: 05 set 17.

¹⁴ CONSELHO DE SEGURANÇA aprova fim da missão da ONU no Haiti. **ONUBR Nações Unidas no Brasil**. 13 abr 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-aprova-fim-da-missao-da-onu-no-haiti/>>. Acesso em: 05 set 17.

¹⁵ GIELOW, Igor. Brasil quer enviar tropas à República Centro-Africana após deixar Haiti. **Folha de S. Paulo**. Mundo. 16 jul 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/07/1901665-brasil-quer-enviar-tropas-a-republica-centro-africana-apos-deixar-haiti.shtml>>. Acesso em: 05 set 2017.

¹⁶ CENTRAL AFRICAN Republican president flees as rebels enter Bangui. **The Guardian**. 24 mar 2013. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/world/2013/mar/24/central-african-republic-president-flees>>. Acesso em: 05 set 2017.

REFERÊNCIAS

- A CRONOLOGY OF the Middle East conflict. **The Economist**. 09 fev 2005. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/1922472>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- BARNETT, Michael The United Nations Security Council in Rwanda. **National Security Archive**. 01 Jun 2014. Disponível em: <<http://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB472/Barnett,%20Michael%20-%20The%20United%20Nations%20Security%20Council%20and%20Rwanda.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2017.
- BRASIL. Ministerio da Defesa. Relações Internacionais. **O Brasil na MINUSTAH (Haiti)**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em: 05 set 2017.
- CENTRAL AFRICAN Republican president flees as rebels enter Bangui. **The Guardian**. 24 mar 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/mar/24/central-african-republic-president-flees>>. Acesso em: 05 set 2017.
- CHARLEAUX, J. P. Por que a ação da ONU na Síria é inútil , segundo esta pesquisadora suíça. **Nexo Jornal**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/08/Por-que-a-ação-da-ONU-na-S%C3%ADria-é-inútil-segundo-esta-procuradora-su%C3%ADça>>. Acesso em: 05 set 2017.
- CONSELHO DE SEGURANÇA aprova fim da missão da ONU no Haiti. **ONUBR Nações Unidas no Brasil**. 13 abr 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-aprova-fim-da-missao-da-onu-no-haiti/>>. Acesso em: 05 set 2017.
- ESTADO HOLANDÊS é condenado por massacre de Srebrenica. **Folha de S. Paulo**. Mundo. 27 jun 2017. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1896376-estado-holandes-e-condenado-por-massacre-de-srebrenica.shtml>>. Acesso em: 25 ago 2017.
- FIGUEIREDO, Marcus Vinicius Antunes de. **Direitos Humanos, interdependência moral e a redefinição do uso da força pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas: o caso da UNPROFOR**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9876/9876_1.PDF>. Acesso em: 15 ago 2017.
- GIELOW, Igor. Brasil quer enviar tropas à República Cetro-Africana após deixar Haiti. **Folha de S. Paulo**. Mundo. 16 jul 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/07/1901665-brasil-quer-enviar-tropas-a-republica-centro-africana-apos-deixar-haiti.shtml>>. Acesso em: 05 set 2017.
- HOLAND, Carla Andréia Ronconi. **Missões de paz brasileiras no Oriente Médio: a UNEF I e a FTM-UNIFIL**. Programa de Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI/UFRGS. s/d. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/old/dvd/documentos/gts_1lleics/gt11/gt11carla.pdf>. Acesso em: 03 setembro 2014.
- POWER, Samantha. **A Problem from Hell, America in the age of genocide**. Nova Iorque: Basic Books, 2002.
- UNITED NATIONS. **UNPROFOR**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unprofor.htm>>. Acesso em: 15 ago 2017.
- UNITED NATIONS. **Contributions to UN Peacekeeping Operations by Country and Post**. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2017/jun17_1.pdf>. Acesso em: 25 ago 2017.

UNITED NATIONS. **Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide.**
Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CrimeOfGenocide.aspx>>.
Acesso em: 03 set 2017.